



Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2016





ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	13
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	39





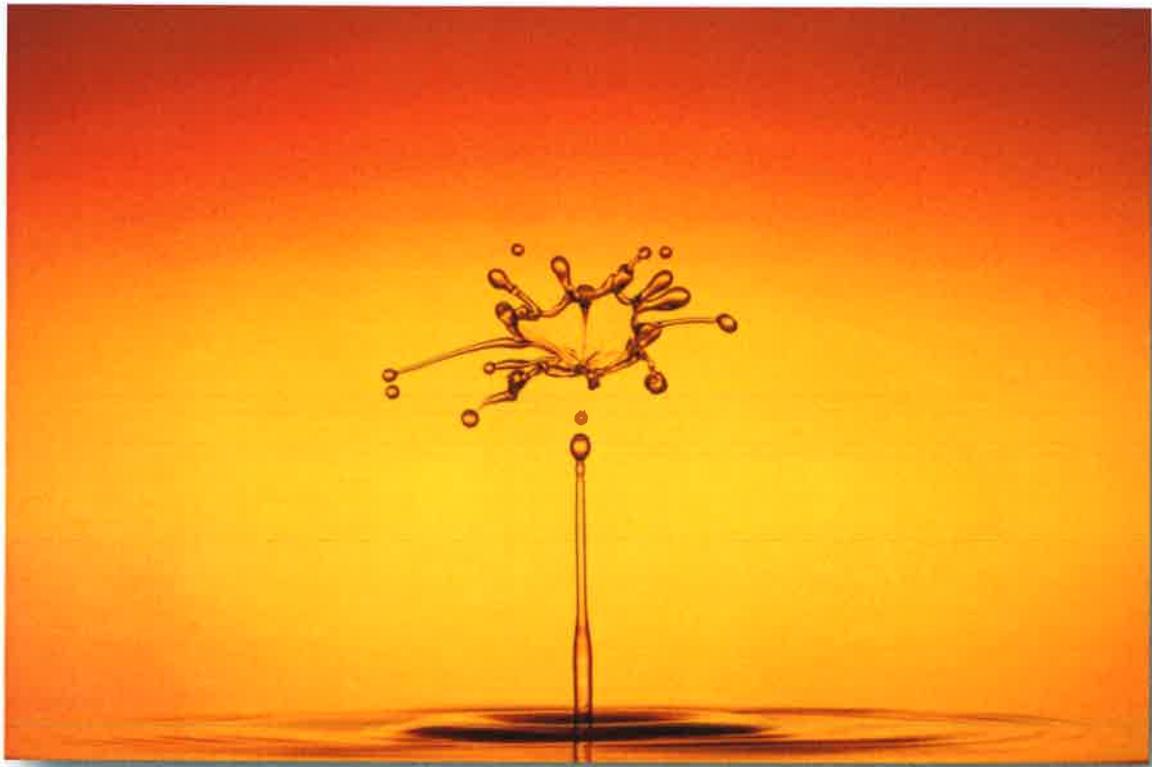
Handwritten marks in blue ink, including a checkmark, a signature, and the letter 'H'.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



Handwritten signature in blue ink.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO





Handwritten signature and initials in blue ink.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Município de Campo Maior, por contrato celebrado a 20 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2016 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Setorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela;
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;





- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;
- Nova conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Rede de abastecimento de água na zona de São Pedro;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Léguas.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2016 é o seguinte:

	Instalação de um Sistema de Telegestão	178 500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8 925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59 500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4 760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14 875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220 036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71 400,00
Plano de Investimentos	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35 700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Duguela	35 700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Duguela	65 013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17 850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1 244 409,40
	Subtotal	1.956.669,39
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gêmeos	1 147 425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20.457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94 828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51 632,66
	Abastecimento de Água da Meia Léguas	90 807,91
	Subtotal	1.405.151,11
	Total	3.361.820,50



Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2016 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2016 foram realizadas seis operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com inúmeras ações pontuais, que resultaram de reclamações.

Intervenções rede de abastecimento

Em 2016 para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Substituição de várias bocas-de-incêndio em fachadas;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2016. Este programa foi aprovado em 28 de Dezembro de 2015 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



No ano de 2016, o cumprimento dos valores legislados foi de 100%, o que se considera ótimo, num total de 266 parâmetros analisados.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada diminuiu cerca de 5% em relação a 2015. Esta diminuição está relacionada com a reparação de roturas graves, que resultaram no aumento do rendimento técnico da rede de abastecimento (rendimento de 80%).



Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água registado aumentou 1,20% em relação a 2015. O volume faturado por cada tipo de utilizador aumentou ligeiramente, do ano 2015 para 2016, devido principalmente ao aumento dos consumos Municipais. Para além disso, o número total de utilizadores aumentou em 2016 relativamente a 2015, com exceção dos utilizadores “Não doméstico”.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 87 interrupções no fornecimento de água, devido a vários motivos que vão desde a reparação de condutas e ramais, alteração de local de contador, substituição de válvulas, etc. Não se registou nenhuma intervenção com interrupção no fornecimento de água superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 310 contadores por subcontagem. No total, foram substituídos 454 contadores durante 2016.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2016 foi de 105. Foram construídos 9 novos ramais de água e renovado um.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2016 foi de 63. Durante o ano foram construídos 5 ramais de saneamento. Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram efetuadas diversas operações de manutenção e a limpeza de 5.400 metros da rede de saneamento.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

A Aquamaior desenvolveu, no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a Norma OHSAS 18001, tendo obtido a Certificação em novembro 2015.



SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com as normas ISO 9001 e ISO 14001, respetivamente.





OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.



O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2016 de 7 pessoas, igual ao de 2015.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquamaior no ano de 2016, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.268 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.





Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark and the letters 'W'.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se uma estabilidade na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.192.585,34 Euros em 2015 para 1.268.629,04 Euros em 2016). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2016 de 1.175.229,39, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.266.767,85 Euros, representa uma diminuição de 7,23%. Este valor excluiu o impacto do imposto do exercício.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 321.138,69 Euros, representando cerca de 27,33% do total dos gastos do exercício.

Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 379.732,91 Euros, representando então cerca de 29,98% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -15,43%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 461.992,55 Euros, representando cerca de 39,31% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 463.664,04 Euros, representando então cerca de 36,60% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -0,36%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 110.500,71 Euros, representando cerca de 9,40% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 109.864,13 Euros, representando então cerca de 8,67% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 0,58%.

A rubrica de outros gastos registou em 2016 cerca de 45.859,12 Euros (3,90% do total dos gastos do período), tendo registado em 2015 cerca de 63.110,31 Euros (4,98% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 145.142,18 Euros, para o período em análise, face a 146.904,02 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 12,35% e 11,60%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior, registou no ano de 2016 90.596,14 Euros (equivalente a 7,71% do total dos gastos do exercício), tendo no ano anterior registado o montante de 103.492,44 Euros (equivalente a 8,17% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2016 de 1.272.823,87 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.203.470,26 Euros, representa um acréscimo de 5,76%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2016 o montante de cerca de 1.268.629,04 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um aumento de 6,38% face ao valor de 1.192.585,34 Euros.

Em 2016 o valor das reversões por perdas por imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 105,17 Euros. Comparativamente com o exercício anterior verifica-se que no ano anterior houve um gasto com perdas por imparidade de 9.114,60 Euros.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A rubrica de outros rendimentos registou 4.089,66 Euros. A mesma rubrica, registava em 2015 o valor de 1.770,32 Euros.

Tal como em 2015, não foram registados durante o exercício de 2016 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 134.400,79 Euros, representa uma melhoria substancial face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo em 64.841,41 Euros.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto (EBITDA) registado, foi de 333.332,80 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 78,16% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2016 em 188.190,62 Euros.

	A no 2016	A no 2015
Rentabilidade do ativo total	3,75%	(1,82%)
Rentabilidade dos capitais próprios	66,58%	(96,11%)
Rentabilidade das vendas	10,59%	(5,44%)
EBITDA	333.332,80 €	187.098,87 €
EBIT	188.190,62 €	40.194,85 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma variação significativa nas principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.572.279,66 Euros em 2015 para 3.568.934,40 Euros em 2016.

Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 67.468,97 Euros em 2015 para 201.869,76 Euros em 2016, tendo o passivo diminuído de 3.504.810,69 Euros em 2015 para 3.367.064,64 Euros em 2016.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2016, em termos percentuais, um ligeiro acréscimo dos mesmos face ao ano de 2015:

	A no 2016	A no 2015
Capitais próprios	201.869,76 €	67.468,97 €
Passivo total	3.367.064,64 €	3.504.810,69 €
Passivo corrente	2.197.062,94 €	2.334.808,99 €
A tivo total	3.568.934,40 €	3.572.279,66 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/A tivo total)	5,66%	1,89%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	6,00%	1,93%
Endividamento (Passivo total/A tivo total)	94,34%	98,11%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	65,25%	66,62%





W
M
H

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2014-2016.

A Administração da Aquamaior está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aquamaior encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 134.400,79 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais: 4.445,45 Euros

Para Resultados Transitados: 129.955,34 Euros





AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Isidoro Antonio Marbán Fernández

Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
A tivo não corrente			
A tivos fixos tangíveis	3 2 ; 6	9 212,45	18 984,77
A tivos intangíveis	3 1 ; 3 3 ; 6	2 842 767,08	2 978 136,94
A tivos por impostos diferidos	3 4 ; 7	168 406,54	121 704,33
sub total		3.020.386,07	3.118.826,04
A tivo corrente			
Inventários	3 6 ; 16	31.276,20	25 516,06
Clientes	3 8 ; 9	199 142,40	221 248,42
Estado e outros entes públicos	3 4 ; 8	2 128,82	10 839,06
Outros créditos a receber	3 8 ; 9	53 818,74	54 303,63
Diferimentos	10	2 892,24	2 120,00
Caixa e depósitos bancários	3 8 ; 4	259 289,93	139 426,45
sub total		548.548,33	453.453,62
Total do ativo		3.568.934,40	3.572.279,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3 7 ; 14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3 7 ; 14	825 000,00	825 000,00
Reservas legais	3 7 ; 14	5 554,55	5 554,55
Resultados transitados	3 7 ; 14	(813.085,58)	(748 244,17)
Resultado líquido do período	3 7 ; 14	134 400,79	(64 841,41)
Total do capital próprio		201.869,76	67.468,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3 11 ; 6	670 001,70	670 001,70
Financiamentos obtidos	3 8 ; 12	1 812 500,00	1 862 500,00
Outras dívidas a pagar	11	500 000,00	500 000,00
sub total		2.982.501,70	3.032.501,70
Passivo corrente			
Fornecedores	13	26.096,83	55 410,42
A diantamentos de clientes	3 8 ; 9	5.366,39	4 475,34
Estado e outros entes públicos	3 4 ; 8	3.393,75	5 992,06
Financiamentos obtidos	3 8 ; 12	50 000,00	50 000,00
Outras dívidas a pagar	3 8 ; 13	299 705,97	356 431,17
sub total		384.562,94	472.308,99
Total do passivo		3.367.064,64	3.504.810,69
Total do capital próprio e do passivo		3.568.934,40	3.572.279,66

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração





AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3 9 : 15	1 268.629,04	1 192 585,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(321 138,69)	(379 732,91)
Fornecimentos e serviços externos	17	(461 992,55)	(463 664,04)
Gastos com o pessoal	18	(110 500,71)	(109 864,13)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	105,17	9 114,60
Outros rendimentos	19	4 089,66	1 770,32
Outros gastos	20	(45 859,12)	(63 110,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		333.332,80	187.098,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(145.142,18)	(146.904,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		188.190,62	40.194,85
Juros e gastos similares suportados	22	(90.596,14)	(103 492,44)
Resultado antes de impostos		97.594,48	(63.297,59)
Imposto sobre o rendimento do período	23	36.806,31	(1 543,82)
Resultado líquido do período		134.400,79	(64.841,41)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

RUBRICAS	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.290.859,72	1.095.454,56
Pagamentos a fornecedores		(824.842,97)	(845.112,64)
Pagamentos ao pessoal		(110.500,71)	(111.302,66)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6.917,14)	20.067,18
Outros recebimentos/(pagamentos)		(61.258,82)	111.524,35
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		287.340,08	270.630,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(50.000,00)	(212.500,00)
Juros e gastos similares		(117.476,60)	(111.492,44)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(167.476,60)	(323.992,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		119.863,48	(53.361,65)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	139.426,45	192.788,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	259.289,93	139.426,45

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(748.244,17)	(64.841,41)	67.468,97
Aplicação do resultado	14	-	-	-	(64.841,41)	64.841,41	
Resultado líquido do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(813.085,58)	134.400,79	134.400,79
Posição no fim do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(813.085,58)	134.400,79	201.869,76

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)	(114.974,20)	(17.689,62)
Aplicação do resultado	14	-	-	-	(114.974,20)	114.974,20	-
Outras alterações no capital próprio	14	-	150.000,00	-	-	-	150.000,00
Resultado líquido do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(748.244,17)	(64.841,41)	(64.841,41)
Posição no fim do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(748.244,17)	(64.841,41)	67.468,97

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração





✓
M
H



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrados com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).





IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).





3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and several illegible marks.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'H. J. V.' or similar, with a checkmark above it.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era:

	Ano 2016	Ano 2015
Caixa	5.000,00 €	5.000,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	157.174,11 €	123.708,43 €
Caixa Geral de Depósitos	97.115,82 €	10.718,02 €
Total	259.289,93	139.426,45
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	259.289,93 €	139.426,45 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



[Handwritten signature]

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2016
A tivos fixos tangíveis			
Equipamento básico	86 810,80 €	0,00 €	86 810,80 €
Equipamento de transporte	1 575,86 €	(0,00) €	1 575,86 €
Equipamento administrativo	21 766,92 €	0,00 €	21 766,92 €
Total	110.153,58 €	(0,00) €	110.153,58 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2016
A tivos fixos tangíveis			
Equipamento básico	84 903,36 €	9 180,79 €	94 084,15 €
Equipamento de transporte	1 575,86 €	0,00 €	1 575,86 €
Equipamento administrativo	4 689,59 €	591,53 €	5 281,12 €
Total	91.168,81 €	9.772,32 €	100.941,13 €
Saldo líquido	18.984,77 €	(9.772,32) €	9.212,45 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2015
A tivos fixos tangíveis			
Equipamento básico	87 200,70 €	(389,90) €	86 810,80 €
Equipamento de transporte	1 575,86 €	0,00 €	1 575,86 €
Equipamento administrativo	21 377,02 €	389,90 €	21 766,92 €
Total	110.153,58 €	0,00 €	110.153,58 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2015
A tivos fixos tangíveis			
Equipamento básico	60 610,29 €	24 293,07 €	84 903,36 €
Equipamento de transporte	1 575,87 €	(0,01) €	1 575,86 €
Equipamento administrativo	17 448,49 €	(12 758,90) €	4 689,59 €
Total	79.634,65 €	11.534,16 €	91.168,81 €
Saldo líquido	30.518,93 €	(11.534,16) €	18.984,77 €





Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme		4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
Total		4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme		1 053 685,26 €	135 369,86 €	1 189 055,12 €
Total		1.053.685,26 €	135.369,86 €	1.189.055,12 €
Saldo líquido		2.978.136,94 €	(135.369,86) €	2.842.767,08 €
ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis em Firme		4 031 820,00 €	2,20 €	4 031 822,20 €
Total		4.031.820,00 €	2,20 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclasificações	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis em Firme		918 315,40 €	135 369,86 €	1 053 685,26 €
Total		918.315,40 €	135.369,86 €	1.053.685,26 €
Saldo líquido		3.113.504,60 €	(135.367,66) €	2.978.136,94 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	670.001,70 €	669 999,50 €
Aumentos	0,00 €	2,20 €
Diminuições	0,00 €	0,00 €
Saldo final	670.001,70 €	670.001,70 €



f m p
H

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2016	Ano 2015
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	121.704,33 €	119.519,73 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	46.702,21 €	2.184,60 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	46.702,21 €	2.184,60 €
Saldo final	168.406,54 €	121.704,33 €

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis. Assim como o cálculo de imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, pois é convicção da Administração que existirão resultados líquidos positivos no futuro.

Detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores:

	Prejuízos Fiscais	Utilizado 2013	Utilizado 2016	Por Utilizar	A no Limite
A no 2012	(299.872,41)	115.900,50	85.371,50	(98.600,40)	A no 2017
A no 2013				0,00	A no 2018
A no 2014	(53.920,87)			(53.920,87)	A no 2026
A no 2015	(45.291,16)			(45.291,16)	A no 2027
	(399.084,44)	115.900,50	85.371,50	(197.812,43)	

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento especial por conta	12.024,72 €	10.839,06 €
Estimativa de imposto	(9.895,90) €	0,00 €
Total	2.128,82 €	10.839,06 €
	Ano 2016	Ano 2015
Pas sivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	438,75 €	411,40 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.114,67 €	2.830,05 €
Contribuições para a segurança social	1.840,33 €	2.750,61 €
Total	3.393,75 €	5.992,06 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Clientes		
Clientes C/C	201.542,56 €	223.753,75 €
Perdas por Imparidade A acumuladas	(2.400,16) €	(2.505,33) €
Total	199.142,40 €	221.248,42 €

Perdas por imparidade:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	(2.505,33) €	(11.619,93) €
Reforço	(6.891,18) €	(14.456,63) €
Reversão	6.996,35 €	23.571,23 €
Utilização	0,00 €	0,00 €
Saldo final	(2.400,16) €	(2.505,33) €
Variação Ano	105,17	9.114,60

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	53.818,74 €	54.303,63 €
Devedores e credores diversos	0,00 €	0,00 €
Total	53.818,74 €	54.303,63 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

Adiantamentos de clientes:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Adiantamentos de clientes	5.366,39 €	4.475,34 €
Total	5.366,39 €	4.475,34 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2.892,24 €	2.120,00 €
Total	2.892,24 €	2.120,00 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2016			Ano 2015		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	7.576,80 €	0,00 €	98.486,19 €	0,00 €	0,00 €	98.486,19 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9.888,56 €	500.000,00 €	13.720,83 €	0,00 €	500.000,00 €	39.970,14 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.842,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	17.465,36 €	500.000,00 €	112.207,02 €	1.842,00 €	500.000,00 €	138.456,33 €

O valor apresentado na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” no montante de 500.000 Euros, diz respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociada à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2016			Ano 2015	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	29.500,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	9.888,56 €	13.720,83 €	0,00 €	19.438,27 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	11.677,01 €	0,00 €	0,00 €	4.455,98 €	0,00 €
Total	41.177,87 €	9.888,56 €	13.720,83 €	4.455,98 €	19.438,27 €



12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	A no 2016	A no 2015
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.812.500,00 €	1.862.500,00 €
Total	1.812.500,00 €	1.862.500,00 €
	A no 2016	A no 2015
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	50.000,00 €	50.000,00 €
Total	50.000,00 €	50.000,00 €

Nota: Em 31 de Dezembro de 2016, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em Agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000 Euros;
- A prestação a ocorrer no 81º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	A no 2016	A no 2015
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	17.465,36 €	1.842,00 €
Fornecedores c/c	8.631,47 €	53.568,42 €
Total	26.096,83 €	55.410,42 €
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de investimentos (Nota 11)	98.486,19 €	98.486,19 €
Credores por acréscimos de gastos	57.858,42 €	65.375,62 €
Credores diversos	143.361,36 €	192.569,36 €
Total	299.705,97 €	356.431,17 €

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 119.783,82 Euros e 138.456,33 Euros, respetivamente (Nota 11).

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 14 de setembro de 2015 foi aprovada pela Assembleia Geral a conversão de 150.000 Euros de suprimentos em prestações acessórias de capital.



Handwritten signature in blue ink.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 64.841,41 Euros, foi transferido para rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de junho 2015, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 114.974,20 Euros, foi transferido para rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Vendas e serviços prestados	1.268.629,04 €	1.192.585,34 €
Total	1.268.629,04 €	1.192.585,34 €

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Matérias-primas		
Inventários iniciais	25.516,06 €	27.957,80 €
Compras	326.898,83 €	377.291,17 €
Inventários finais	31.276,20 €	25.516,06 €
Total	321.138,69 €	379.732,91 €

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Serviços especializados	384.852,93 €	364.462,09 €
Materiais	7.882,57 €	17.924,40 €
Energia e fluidos	13.673,40 €	16.316,75 €
Deslocações, estadas e transportes	2.323,23 €	11.535,36 €
Serviços diversos	53.260,42 €	53.425,44 €
Total	461.992,55 €	463.664,04 €

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 39.882,05 Euros e 4.455,98 Euros, respetivamente (Nota 11).





18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	81 900,32 €	82 966,00 €
Encargos sociais	17 720,99 €	17 569,96 €
Seguros de acidentes de trabalho	1 230,38 €	874,77 €
Gastos de ação social (SHT)	0,00 €	229,92 €
Outros gastos com o pessoal	9.649,02 €	8 223,48 €
Total	110.500,71 €	109.864,13 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de 7 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Outros rendimentos	4 089,66 €	1 770,32 €
Total	4.089,66 €	1.770,32 €

20. OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Serviços bancários	26 959,59 €	20 535,41 €
Dívidas incobráveis	6.996,35 €	23 571,23 €
Outros gastos	5.865,39 €	553,52 €
Impostos e taxas	5.491,05 €	18.420,15 €
Multas e penalidades	516,74 €	0,00 €
Donativos	30,00 €	30,00 €
Total	45.859,12 €	63.110,31 €

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas no montante de 9.888,56 Euros (Nota 11).



21. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivos fixos tangíveis	9.772,32 €	11.534,16 €
A tivos intangíveis	135.369,86 €	135.369,86 €
Total	145.142,18 €	146.904,02 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	90.596,14 €	103.492,44 €
Total	90.596,14 €	103.492,44 €

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 13.720,83 Euros e 19.438,27 Euros respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2016, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.



O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Resultado antes de impostos	97.594,48 €	(63.297,59) €
A mortização de investimentos reversíveis não aceites	135.369,86 €	134.394,00 €
Donativos	30,00 €	30,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	516,74 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	5.731,48 €	0,00 €
Outros	8.333,64 €	3.611,90 €
Créditos incobráveis não aceites	6.996,35 €	41.799,21 €
A mortização de investimentos reversíveis aceites	(125.616,91) €	(125.616,91) €
Reversão imparidade	(6.996,35) €	0,00 €
Lucro tributável	121.959,29 €	(9.079,39) €
Prejuízos reportados de anos anteriores	(85.371,50) €	0,00 €
Matéria coletável	36.587,79 €	(9.079,39) €
Coleta	7.083,44 €	0,00 €
Pagamento especial por conta (Nota 8)	7.083,44 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	0,00 €	0,00 €
IRC a pagar/recuperar	(0,00) €	0,00 €
Derrama	1.829,39 €	0,00 €
Tributações autónomas	983,08 €	3.728,42 €
Total a pagar/recuperar	2.812,46 €	3.728,42 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	9.895,90 €	3.728,42 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(46.702,21) €	(2.184,60) €
Imposto do exercício	(36.806,31) €	1.543,82 €

<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	97.594,48	(63.297,59)
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	46.702,21	2.184,60
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	36.806,31	(1.543,82)
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	134.400,79	(64.841,41)



24. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam na Aquamaior ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registrar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 259.289,93 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 287.340,08 Euros. A empresa apresenta uma dívida financeira de curto prazo no montante 50.000,00 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.812.500,00 Euros.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses.

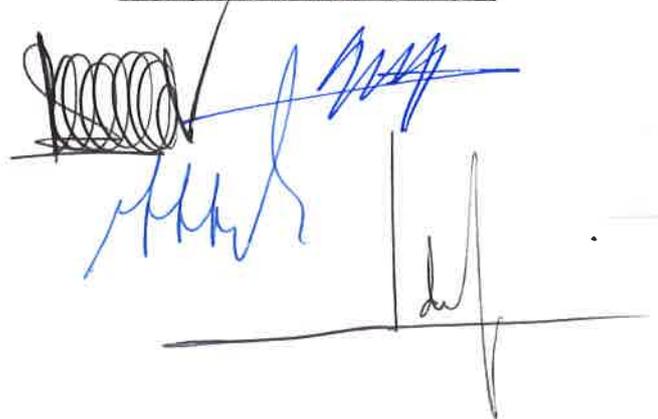
Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 7.854,61 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2017	7 854,61 €
TOTAL	7.854,61 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Handwritten signature in blue ink.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.568.934 Euros e um total de capital próprio de 201.870 Euros, incluindo um resultado líquido de 134.401 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

NB

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

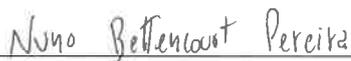
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC